



LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO NO CONTEXTO DA CRISE ATUAL DO CAPITAL

Francisco Gonçalves¹

RESUMO: O artigo aborda alguns dos fundamentos do liberalismo clássico a partir de Adam Smith. Das origens teóricas, no século XVIII procura-se traçar algumas relações de continuidade na sua forma atual, neoliberal, sistematizada na segunda metade do século XX, nos países desenvolvidos da Europa e E.U.A. Ao final, procura-se fazer uma provocação a respeito da atual crise do capital (iniciada na década de 1970). Argumenta-se que a crise do capital é profunda, com dimensões econômicas, políticas e sociais; e que, na falta de sua solução, seus fundamentos precisam ser abalados.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Estado Mínimo, Mercado.

ABSTRACT: The article discusses some of the fundamentals of classical liberalism from Adam Smith. The theoretical origins in the eighteenth century seeks to trace some relations of continuity in its current form, neoliberal, systematized in the second half of the twentieth century in developed countries of Europe and the U.S. In the end, we seek to make a provocation about the current crisis of capital (started in 1970). It is argued that the crisis of capital is deep, with economic, political and social, and that in the absence of your solution, your foundation must be shaken.

Key words: Neoliberalism, Minimum State, Market.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: xic@uft.edu.br



1 INTRODUÇÃO

As formações sociais capitalistas são fundadas em princípios liberais que remontam à crise do modo de produção feudal na Europa e o nascimento do modo de produção capitalista. Sua teoria justificadora nasceu da intelectualidade burguesa, denominada liberal. Esse movimento, revolucionário em sua origem, por propugnar pela superação radical do modo de produção característico da Idade Média, ocidental, tornou-se conservador e reacionário ao conquistar o poder e assumir-se como classe dominante, desde a era moderna aos dias atuais.

Adam Smith e Friedrich Hayek fazem parte, embora em distintos momentos do capitalismo, desta intelectualidade burguesa dominante na formação social capitalista. Um é representante do século XVIII e, o outro, do século XX. O primeiro lançou as bases, os princípios do liberalismo econômico, propício ao momento em que a burguesia suplantava, a partir de ações revolucionárias tanto na Inglaterra, como na França, o regime político monárquico, absolutista e de base agrária.

O segundo, quase duzentos anos depois, sustentou os princípios do primeiro, quando outras formas de liberalismo e, também, do fenômeno do socialismo passou a orientar as ações políticas e econômicas nas formações sociais capitalistas e socialistas, sobretudo nos períodos de crise do capital (1929 e 1970); bem como no período entre guerras (I e II Grande Guerra Mundial).

Smith propugnou pela sociedade mercantil que tudo troca, vende, negocia no mercado livre e se orienta pela divisão social do trabalho. Hayek pela denúncia em tempos posteriores ao primeiro, dos entraves para o desenvolvimento desta mesma sociedade mercantil. Entraves apontados para o fenômeno do Estado de Bem Estar Social desenvolvido nos países da Europa e nos E.U.A. Também do Estado Socialista em desenvolvimento na URSS, a partir da Revolução Soviética de 1917. Em comum, a defesa do Estado mínimo para as questões sociais, a livre concorrência e o Estado máximo para a proteção da propriedade privada dos meios de produção. Assim como Smith, em sua época, Hayek não estava sozinho nessa empreitada.

O texto procura caracterizar, a partir de alguns escritos destes dois importantes representantes do liberalismo (distantes quase 200 anos), elementos que demonstram afinidades nas ideias e combate coletivo aos entraves para a realização da sociedade mercantil.



Em tempos de crise do capital, essas aproximações e afinidades parecem suficientes para concordar com a hipótese posta por Harvey (2012), de que a atual crise do capital não significa (ainda) crise neoliberal. Todavia, esses mesmos fundamentos devem ser criticamente abordados.

2 A SOCIEDADE MERCANTIL DE ADAM SMITH

Adam Smith, em sua obra² publicada em 1776 investigou sobre o caminho para a riqueza das nações. Argumentou o autor que, para se chegar à riqueza, o indivíduo, como membro da nação deveria seguir três princípios fundamentais, a saber: o de ter um interesse próprio; o de obedecer (proceder) à divisão do trabalho e o da liberdade de comércio. Esses três princípios do liberalismo clássico são retomados nas políticas neoliberais do final do século XX e início do XXI, entretanto, foram sistematizados e defendidos pela maior referência dos economistas liberais modernos – Adam Smith.

Destaca-se nas palavras do matemático, filósofo e economista Adam Smith, que o ser humano tem uma propensão (natural) à troca, sendo esta propensão um princípio que dá origem à divisão do trabalho. Segundo Smith (1985) temos uma inclinação natural para a troca, isto é, eu te dou isto e você me dá aquilo, nas palavras do autor, "Dê-me aquilo que eu desejo, e terá isto que desejas" (SMITH, 1985, p. 19).

Assim, para Adam Smith somos naturalmente uma sociedade 'mercantil' que tudo troca. Contudo, esta propensão à troca, por si só não proporcionaria maior felicidade. Era preciso acumular e enriquecer a nação por meio do indivíduo (não todo indivíduo, mas aquele dotado da livre iniciativa ou, livre interesse), sendo necessário atentar ainda, para mais dois princípios: o da divisão do trabalho e da circulação livre da mercadoria.

Para Smith (1985), a divisão do trabalho, isto é, os efeitos da divisão do trabalho levaram ao aperfeiçoamento das forças produtivas das nações, quanto maior e melhor o aperfeiçoamento das forças produtivas, mais a nação seria desenvolvida e civilizada. Enfim, estaria à frente de todas as outras. Para demonstrar sua idéia o autor descreveu e analisou vários exemplos de organização e funcionamento das empresas de sua época.

Disse o autor sobre uma das empresas que observava em sua cidade natal; uma manufatura de alfinetes que, devido o emprego das ferramentas e do maquinário tornava-a

² A riqueza das nações.



distinta das outras, empregando nas suas diferentes ocupações, o trabalho especializado.

Segundo Smith,

Um homem desenrola o arame, outro o estica, um terceiro o corta, um quarto o aponta, e um quinto afia a outra extremidade para receber a cabeça; a fabricação da cabeça exige duas ou três operações distintas; o encaixe da cabeça é uma ocupação específica, assim como o é alvejar os alfinetes; mesmo a embalagem dos alfinetes é uma tarefa distinta; e a importante atividade de forjar alfinetes é, dessa maneira, dividida em cerca de dezoito operações distintas, as quais, em algumas manufaturas, são todas executadas por diferentes operários, [...] (SMITH, 1985, p. 8).

Analisa o autor, que, se cada homem fosse fazer todas as operações necessárias à produção de um alfinete, provavelmente, não conseguiria fazer um alfinete por dia se quer. E, dada a divisão do trabalho, uma manufatura com 10 homens e com poucas condições, por exemplo, fabricava naquele tempo, cerca de 48 mil alfinetes por dia; sendo 4.800 alfinetes, por cada homem, no dia.

Conclui Smith (1985, p. 9), que a "divisão do trabalho gera em todos os ofícios, na medida em que é possível introduzi-la, um aumento proporcional das forças produtivas do trabalho". Com o autor verificamos duas coisas importantes: uma, referente ao aumento da quantidade de trabalho que a mesma proporcionou; portanto, a produtividade do trabalho. A outra, que cada mercadoria fabricada contém em suas características, inúmeras operações distintas, podendo ou não, ser advinda de inúmeros lugares. E, ainda, composta de diferentes materiais da natureza transformada pelo trabalho.

Em relação ao aumento da quantidade de trabalho, explica o liberal que, o resultado da divisão do trabalho proporcionou três elementos importantíssimos para a riqueza da nação, a saber: o aumento da destreza do trabalhador, a economia de tempo com a fixação do trabalho em uma só tarefa e a invenção das máquinas.

Quanto às diferentes características presentes na mercadoria fabricada, escreve o autor um interessante exemplo do casaco de lã. Vejamos parte de sua descrição,

[...] o casaco de lã que cobre o jornaleiro, por mais grosseiro e rudimentar que possa parecer, é o produto do trabalho conjunto de um grande número de trabalhadores. O pastor, o separador da lã, o cardador, o tintureiro, o fiandeiro, o tecelão, o pisoeiro, o curtidor e muitos outros têm de unir suas diferentes artes para que seja possível obter até mesmo esse produto simples. Quantos comerciantes e carregadores, além disso, devem ter-se empregado para transportar as matérias-primas de alguns desses trabalhadores para outros, que frequentemente vivem em regiões muito distantes do país! Sobretudo, quanto comércio e quanta navegação, quantos construtores navais, marinheiros, fabricantes de velas e cordas foi necessário empregar para reunir as diferentes drogas utilizadas pelo tintureiro, que muitas



vezes provêm dos mais remotos cantos do mundo! [...] (SMITH, 1985, p. 16).

Nesta simples e importante análise histórica das origens das mercadorias, o autor prossegue a identificação das partes envolvidas na produção chegando ao nível do comércio internacional. E, conclui que "sem o auxílio e a cooperação de muitos milhares, não seria possível atender às necessidades da mais ínfima pessoa de um país civilizado" (SMITH, 1985, p. 17). Enfim, entre outras análises, o autor também escreve sobre o valor das mercadorias nas relações comerciais, bem como, do trabalho e das relações de trabalho que produzem as mercadorias fundamentados nos três princípios ou máximas liberais: a livre iniciativa ou, interesse individual; a divisão do trabalho e o livre comércio.

Suas reflexões inspiraram importantes teóricos no mundo todo, dentre eles, os chamados neoliberais, no século XX. Suas ideias se transformaram em uma das principais orientações da visão de mundo burguesa; pois têm o mérito de fundamentar a riqueza do indivíduo burguês, capitalista, numa ideia de nação, rica, poderosa, muito próprio do momento histórico vivido pelo autor na Inglaterra e E.U.A; no bojo do próprio processo de gestão da revolução burguesa; tanto a industrial (Inglaterra), quanto a política e social na França poucos anos depois.

Dos escritos de Smith aos dias atuais (século XXI), muitos acontecimentos ocorreram defendendo e aperfeiçoando esse processo no interior das diferentes frações da burguesia, contudo, mantendo os mesmos princípios: o da livre iniciativa, da divisão do trabalho e do livre comércio. Um desses defensores foi Friedrich August von Hayek.

3 A SOCIEDADE MERCANTIL E A SOCIEDADE TOTALITÁRIA DE HAYEK

Os princípios do liberalismo econômico são retomados e defendidos no período pós II Grande Guerra Mundial, todavia, sem nenhuma força para orientar as macro políticas de reconstrução européia. *O caminho da servidão* de Friedrich August von Hayek, publicado originalmente na Inglaterra no ano de 1944, sob o título de *The road to serfdom* é um dos exemplos da produção teórica neoliberal deste momento. A segunda edição da obra ocorreu nos Estados Unidos em 1975, onde ganhou o Prêmio *Nobel* em Economia no ano de 1974. Período que a ideologia neoliberal começa a ganhar força e influenciar sobre-maneira as políticas existentes, impulsionado pela nova crise do capital.

Destaca-se do prefácio da primeira edição (inglesa), que as ideias principais do



livro foram publicadas em forma de artigo, nos anos de 1938 e 1939, sob o título de: *A liberdade e o sistema econômico*, respectivamente, nas revistas *Contemporary Review* e *Public Policy Pamphlets*; esta última, da editora da Universidade de Chicago, nos EUA.

As ideias neoliberais eram profundamente debatidas e preparadas com disciplina e encontros periódicos na Suíça, desde 1947. Seus mentores/defensores eram Friedrich Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros, que segundo Anderson (1995, p.10), formavam “uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos”. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo, isto é, os modelos de Estado de tipo intervencionista e suas variantes pluralista, elitistas e democráticas. Nesta vertente escreve Friedman (1984, p. 182), "A mão invisível fez muito mais pelo progresso que a mão visível pelo retrocesso". Objetivavam enfim, preparar as bases de um outro tipo de capitalismo.

Nos anos 70, com a crise do modelo econômico do pós-guerra, houve uma profunda recessão nos países capitalistas avançados, bem como um crescimento desmesurado do mercado; as ideias neoliberais ganharam destaque e, concretamente, seriam praticadas, a partir dos anos de 1980. O colapso do socialismo real na URSS foi importantíssimo para a afirmação do ideário neoliberal, apontado como saída para a recuperação das economias em crise.

Do contexto da publicação da obra *"O caminho da servidão"*, de Hayek, no ano de 1944, destacamos o desenvolvimento final da II Grande Guerra Mundial. A Alemanha, liderada por Hitler no movimento nazista promovia a guerra, também, com objetivos expansionistas, motivado pela derrota e perda de território na Primeira Guerra Mundial (1914 a 1919). Ação conjunta com a Itália, a partir do movimento fascista e o Japão, compondo os países do Eixo, de regimes políticos totalitários e políticas expansionistas comuns.

Os países Aliados (capitalistas e socialistas liderados pela Inglaterra, URSS, França e Estados Unidos) lutaram contrário aos três regimes totalitários do Eixo. A Guerra desenvolveu-se de 1939 a 1945, com a vitória dos países Aliados que, ao final reuniram-se para discutir a reconstrução física, social e econômica da Europa (destruída pela Guerra), bem como promover a criação de uma organização internacional que procurasse acompanhar e subsidiar esse processo de reconstrução, em nome da democracia, da paz e do desenvolvimento econômico.

É parte deste contexto, a crise econômica mundial de 1929, e, a Revolução



Socialista Soviética, de 1917 polarizando mundialmente as disputas entre socialistas (representados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas); e capitalistas (pelos países da Europa e Estados Unidos); que, no contexto da Guerra se uniram contra os países do Eixo.

O *caminho da servidão*, título da obra de Hayek refere-se ao Estado intervencionista, planejador da economia e da promoção do bem estar social (*Welfare State*), desenvolvido nos países da Europa, proposto e gestado por liberais - social democratas e, pelos socialistas para a solução da crise do capital (em 1929) e de toda sociedade europeia no pós II Grande Guerra Mundial.

A tese do autor (Hayek) é a de que o Estado intervencionista proposto para a enfrentar a crise e reconstruir a Europa é o mesmo que evoluiu para os Estados totalitários na Alemanha e na Itália. Hayek (1977, p.10), assim escreve “[...] seria um erro acreditar que foi o elemento especificamente alemão e não o elemento socialista, que produziu o totalitarismo”.

Assim, alerta o autor, "É o destino da Alemanha que estamos em perigo de seguir"; e ainda,

[...] há mais do que uma semelhança superficial entre o rumo do pensamento na Alemanha durante e após a Primeira Guerra Mundial e o atual rumo das idéias nas democracias. Nestas últimas existe agora, certamente, o mesmo propósito de que a organização introduzida no país para fins defensivos seja mantida para fins produtivos. Há o mesmo desprezo pelo liberalismo do século XIX. Hayek (1977, p. 4)

Assim, os neoliberais desfecham um profundo ataque aos socialistas e, em especial à prática do planejamento econômico; bem como a defesa e propugnação dos ideais liberais clássicos, como o Estado mínimo para todos os assuntos econômicos e, conseqüentemente, o livre mercado.

O autor nasceu e viveu na Áustria, também morou e lecionou na Inglaterra e nos EUA, teve profundo contato com as correntes filosóficas e econômicas desta época, em especial a alemã.

Segundo Hayek (1977, p. 5), “Passei cerca da metade da minha vida de adulto na Áustria, onde nasci, sempre em estreito contato com a vida intelectual alemã, e a outra metade nos Estados Unidos e na Inglaterra”. Como professor na Universidade de Chicago o autor manteve grande contato com Milton Friedman; também laureado pelo Prêmio Nobel em Economia, em 1976, com a obra: *Capitalismo e Liberdade*, no qual faz referência a



Hayek em sua introdução, bem como a uma parte do grupo de pensadores neoliberais de sua época³. O *caminho abandonado*, em função do *caminho da servidão* é o dos pressupostos liberais do livre mercado, escreve Hayek (1977, p. 10), “[...] durante pelo menos vinte e cinco anos antes que o espectro do totalitarismo se tornasse uma ameaça real, vínhamos nos afastando progressivamente das ideias básicas sobre as quais fora construída a civilização ocidental”.

Para o autor, o abandono do liberalismo (de tipo clássico) prejudicou todas as áreas, em especial o das relações internacionais. Com a criação de um organismo supranacional para coordenar a reconstrução da Europa e promover a paz e o desenvolvimento econômico⁴, Hayek apresenta elementos teóricos sobre sua posição em relação a essa tendência, condenando a possibilidade de planejamento econômico em escala internacional, pois prejudicaria o livre mercado.

Na oportunidade o autor defende a ideia do poder federativo como a melhor forma de atuação de organismos supranacionais, pois limitaria a atuação do órgão no âmbito dos mercados e, portanto, também do planejamento econômico. Essa ideia, embora desenvolvida pelos liberais do século XIX fora apresentada e defendida por outro importante precursor das ideias liberais, John Locke, em seu livro *II Tratado sobre o Governo Civil*, em 1689.

4 CONCLUSÃO

Para Hayek, o *Welfare State* não é o caminho para a riqueza das nações. Vemos assim, que o neoliberalismo das últimas décadas do século XX e início do século XXI não tem nada de novo. Montado nos princípios do velho liberalismo econômico e individualista, em especial, de John Locke e Adam Smith; deflagraram profundos ataques aos socialistas e ao Estado de bem estar social, duramente construído no período da crise do capital (1929) e, no período de recuperação da Europa do pós II Guerra Mundial.

Acrescenta-se ainda, em relação aos neoliberais, a tentativa de identificação do regime socialista com o estado totalitário da Alemanha nazista e da Itália fascista.

³ "Devo a filosofia enunciada neste livro (Capitalismo e Liberdade) [...], a um distinto grupo com quem tive o privilégio de estar associado na Universidade de Chicago: Frank H. Knight, Henry C. Simons, Lloyd W. Mints, Aaron Director, Friedrich A. Hayek, George J. Stigler". (FRIEDMAN, 1984, p. 9)

⁴ Apesar de não citar concretamente a criação da ONU, do FMI e do Banco Mundial, imediatamente ao período pós Guerra (1945 em diante), o autor se refere a esses organismos em formação e atuação internacional.



Com a crise do capital, iniciada nos anos de 1970, o neoliberalismo passou a ganhar adeptos, como a possibilidade de responder ao novo contexto de expansão do capital. Dada intensificação dos níveis de exploração, processos irreversíveis de financeirização da economia e superprodução, Harvey (2012) indagou se a atual crise do capital não significa a própria crise do neoliberalismo.

O autor do *Enigma do Capital* respondeu e argumentou sobre outro determinante importante nesse processo: o projeto neoliberal. Com seu fundamento no liberalismo, de tipo clássico, o neoliberalismo vai muito além da ideia de Estado mínimo, pois está ancorado na defesa do livre mercado (mundial), na divisão social do trabalho e na livre iniciativa, entre outros princípios que procuram justificar a formação social capitalista de nosso tempo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BORÓN, A . A . Os "novos Leviatãs" e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In SADER, E.; GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo II**: que Estado para que democracia? Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Tradução de Luciana Carli. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

HARVEY, D. **O Enigma do capital**. São Paulo: Boi Tempo, 2012.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Tradução de Leonel Vallandro: Prefácio de Adolpho Lindenberg. 2ª ed. São Paulo, Globo, 1977.

LOCKE, J. Ensaio sobre o entendimento humano. **Segundo tratado sobre o governo**. Tradução: Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. 5ª Ed. São Paulo, Nova Cultural, 1991. P. 213 – 316.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna, 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, vol. I cap. I a IV, p. 35 a 61.